

Aires Antunes Dinis
Professor



Um novo reino da estupidez

Vivemos agora tempos conturbados em que na Ásia surgem movimentos como o Estado Islâmico, que amedrontam como assombração o nosso mundo global, tornando-se esta mais grave pela incompreensão do fenómeno e pelas atitudes desconexas desassidasas dos que fingem combater esta nova barbárie.

Entretanto, alguns guardiões da cultura são decapitados, castigando-os pelo seu longo trabalho a favor do conhecimento.

Estamos assim perante um previsível retrocesso civilizacional, onde até o "The Economist" encontra erros crassos da política externa americana que, parece, inábil para não dizer estúpida nas suas intervenções em coligação com o governo turco. Mas, disso não se fala nesta ocidental praia lusitana onde os turistas afluem porque certos da sua segurança.

Tudo nos faz lembrar tempos esquecidos, quando estudantes de Coimbra, escreveram um poema em tom épico, onde lemos:

**"Em duas salas, passo compassado,
Vão a nuvem seguindo, que em chegando
À Portagem, a parte esquerda toma
Pela longa Calçada caminhando."**

Tratava-se de combater a contrarrevolução anti pombalina liderada por uma aristocracia, que queria manter uma estrutura de poder inimiga do mundo de progresso que geraria revoluções políticas e também científicas. Também agora irrompem por todo o mundo, como caprichos incompreensíveis, os fundamentalismos árabes e os neoliberais de diversos matizes, mas que em Portugal convive com um emaranhado de subtis desculpabilizações de uns "perfeitos cavalheiros" que enriquecem sempre com a proteção do poder.

Mas, quase sempre surgem dívidas deles, que são burocratas em bancos que não podem falir, mas que arrastam muitos aforadores para o desespero com o beneplácito de um governo que se comporta como pilatos. Sempre. Verifica-se assim um descontrolo geral das contas da finança privada, que os banqueiros dizem ser sempre desculpáveis se os erros forem deles e dos "perfeitos cavalheiros", os tais VIPs. Só são erros indesculpáveis se forem da arraia-miúda ou de incautos pequenos aforadores. Estamos assim perante uma situação só possível quando o Estado falha no controlo da Finança.

Terá assim muita razão o papa Francisco quando escreve na p. 83 da sua Última Encíclica: "A finança sufoca a economia real. Não se aprendeu a lição da crise financeira mundial e, muito lentamente, aprende-se a lição da deterioração ambiental."

Mas, como em Portugal tudo é sempre pior, pois os governantes assim o impõem, a degradação atingiu também a Saúde onde está em perigo a saúde dos enfermeiros, como acontece no Algarve. E como dentro de dias, abrem as Escolas veremos como está a Educação. Mas, aquilo que vemos nos jornais e TVs mostra como a violência campeia e marca os nossos dias de Ira, Desespero e Estupidez.

1 - Monteiro, Ofélia F. – Sobre uma versão desconhecida de O Reino da Estupidez, Revista de História das Ideias, vol. 4, tomo II (1982), p. 225.

Aires Dinis escreve à segunda-feira, semanalmente

Santana Maia Leonardo
Advogado



O crime de empobrecimento ilícito

No próximo dia 4 de Outubro, o povo português vai ser o juiz que vai presidir ao julgamento dos responsáveis pelo "crime de empobrecimento ilícito", cujas vítimas foram as populações que vivem a leste da A1 e que foram privadas dos mais elementares direitos de cidadania, em clara violação do preceituado na nossa Constituição.

Nós já sabemos como funciona a justiça portuguesa pelo que não é de estranhar que o juiz popular acabe, também ele e mais uma vez, por absolver nas urnas os responsáveis por um dos crimes mais hediondos que foram cometidos pela democracia portuguesa: a redução de Portugal à Cidade Estado Lisboa-Porto.

Actualmente, quem vive a leste da A1 já não tem sequer direito a voto. O direito a voto, ou seja, o direito a decidir é um direito exclusivo dos residentes nos seis bairros da Cidade Estado Lisboa-Porto, a saber: distritos de Setúbal, Lisboa, Leiria, Aveiro, Porto e Braga.

Com efeito, a maior extensão de território português apenas elege uma pequena minoria de deputados que vai paulatinamente sendo cada vez mais reduzida, à medida que o Governo da Cidade Estado vai pondo em prática as suas políticas cada vez mais agressivas de desertificação do território. Só o distrito de Lisboa elege o dobro dos deputados dos distritos de Beja, Évora, Portalegre, Castelo Branco, Guarda, Bragança e Vila Real juntos.

E, como se isto não bastasse, a maioria dos cabeças de lista elegíveis pelos distritos do interior ainda são residentes na Cidade Estado Lisboa-Porto, apenas se lembrando do sítio onde nasceram ou onde nasceu a sua avozinha no momento em que são nomeados pelo partido para encabeçar a lista.

Diga-se, desde já, que também não concordo com o discurso paroquial de certos candidatos que querem ser deputados para defender a sua terrinha. A função do deputado é defender o interesse nacional e não ser o deputado do queijo limiano, do porco alentejano ou da palha de Abrantes.

E, numa verdadeira democracia, o interesse nacional deve passar pela defesa intransigente dos valores sagrados inscritos na nossa Constituição, designadamente, "promover a igualdade real entre os portugueses (...) e o desenvolvimento harmonioso de todo o território nacional" (artigo 9º e 90º), incumbindo-lhe prioritariamente "orientar o desenvolvimento económico e social no sentido de um crescimento equilibrado de todos os sectores e regiões e eliminar progressivamente as diferenças económicas e sociais entre a cidade e o campo." (artigo 81º/e).

Tenho, no entanto, a perfeita consciência de que o povo português, que tanto critica a nossa justiça, vai absolver nas urnas os responsáveis pelo crime mais hediondo cometido contra Portugal e uma parte muito significativa da sua população: o crime de empobrecimento ilícito.

Ou seja, o mesmo povo, que tanto reclama por mão pesada da justiça na condenação dos criminosos, é o mesmo povo que vai absolver nas urnas os responsáveis por tão hediondo crime.

Rui Gomes
Investigador



Vamos falar de emigração portuguesa

No âmbito do projeto de investigação "Brain Drain and Academic Mobility from Portugal to Europe" (BRADRAMO), irá realizar-se uma conferência sobre emigração portuguesa qualificada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, no dia 18 de setembro de 2015, intitulada "Fuga de Cérebros: a Mobilidade Académica e a Emigração Portuguesa Qualificada". Pretende-se que seja um momento de reflexão e diálogo sobre a emigração, estabelecendo pontes com outras investigações acerca deste tema. Está confirmada a presença de conferencistas internacionais (Jean-Baptiste Meyer – IRD, Paris; Wendy Hansen – UNU-MERIT, Maastricht); bem como de representantes de diversas associações de emigrantes portugueses (ASPPA – Alemanha; AGRAFr – França; PAR-SUK – Reino Unido) e de portugueses qualificados que residem atualmente em diversos países europeus.

O projeto de investigação BRADRAMO, apoiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, é coordenado por Rui Gomes (CES-UC) e envolve investigadores das universidades de Coimbra, Porto e Lisboa e um conjunto alargado de centros de investigação (Instituto de Sociologia, Centro de Investigação e Intervenção Educativas, Centro de Investigação do Desporto e da Actividade Física e a Unidade de Investigação e Desenvolvimento em Educação e Formação). É seu objetivo caracterizar a emigração qualificada portuguesa, compreendendo as suas causas e eventuais consequências para o país.

A conferência servirá também para divulgar alguns resultados deste projeto de investigação. A este respeito, refira-se que foi administrado um inquérito por questionário on-line a uma amostra, intencional e não aleatória, composta por 1011 portugueses detentores de um diploma do ensino superior (ou que desempenhassem ou tivessem desempenhado funções profissionais compatíveis com essa habilitação) que estivessem a trabalhar ou a residir noutro país europeu, ou que o tivessem feito nos 6 anos anteriores. A emigração de portugueses qualificados aumentou significativamente ao longo da última década, registando uma taxa de crescimento de 87,5% entre 2001 e 2011, de acordo com o Observatório da Emigração.

Actualmente estima-se que 11% de todos os emigrantes possuem um diploma do ensino superior. Cerca de 4/5 dos indivíduos que compõem a amostra deste estudo saíram do país após 2008, ano em que o número de emigrantes ultrapassou os 20.000, contra perto de 8.000 em 2007. Os emigrantes qualificados são maioritariamente jovens (89,6% dos inquiridos) e detentores de cursos pós-graduados (74,5%); dados que indicam que a emigração qualificada tem acentuado a saída de jovens com qualificações elevadas e especializadas.

Cerca de um terço da amostra é composta por pessoas com formação em ciências, matemáticas e informática, seguindo-se a área das ciências sociais, comércio e direito e a das engenharias, indústria transformadora e construção, ambas com valores que rondam os 19,5%. A maior parte dos inquiridos encontra-se hoje a viver em vários países europeus centrais, com destaque para o Reino Unido, mas deve ser referido que 14,4% regressaram entretanto a Portugal. Saliente-se ainda que a emigração tem efeitos claros no emprego: se 36,1% dos indivíduos estavam desempregados em Portugal, apenas 3,8% se encontram nessa condição no país de destino. Por outro lado, a emigração está também associada a um aumento claro dos rendimentos: mais de 70% dos inquiridos recebiam, em Portugal, um salário inferior a 1000 euros, enquanto mais de metade dos indivíduos auferem de um montante superior a 2000 euros no país de destino. Será também apresentada a peça de teatro "O meu país é o que o mar não quer", espetáculo documental de Ricardo Correia nascido da sua estada em Londres em 2013, enquanto bolseiro da Fundação Calouste Gulbenkian e construído a partir do seu relato pessoal, incidindo nos testemunhos de emigrantes portugueses qualificados recolhidos através de entrevistas, cartas, fotos e e-mails. Estes são testemunhos de pessoas que conheceram em Londres e que tiveram de sair do país devido às medidas de austeridade da chamada "Troika" e do governo português, ou que o deixaram por vontade própria mas que agora não conseguem regressar por falta de perspectivas de futuro em Portugal.